



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

---

## **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo de Licitação n. 50/2022

Dispensa de Licitação n. 04/2022

CONTRATADA: JP MINATO SERVIÇOS - ME

CNPJ nº 07.407.145/0001-50

OBJETO: LOCAÇÃO DO SISTEMA E-LEIS E SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTINUADA DE LEIS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL: R\$ 4.895,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais)

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Decreto n. 9.412/2018.

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

### **JUSTIFICATIVA:**

Cumpre destacar inicialmente o valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei n. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras em razão do valor do contrato.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

---

Destaca-se que há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para realizar a presente contratação.

A empresa a ser contratada, encontra-se apta para o fornecimento do objeto a ser contratado conforme certidões negativas apensadas.

A empresa que se pretende contratar há vários anos vem desenvolvendo de forma satisfatória o referido serviço junto à Administração Pública Municipal.

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetiva-se atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Isto posto, opta-se pela dispensa da licitação por considerar que o valor da contratação e a morosidade não compensam os custos da Administração com o procedimento licitatório.

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei n. 8.666/93 esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Celso Ramos/SC, 13 de abril de 2022

**FERNANDA SPAGNOLI STEFANES**  
Presidente da Comissão de Licitação



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

---

**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo de Licitação n. 50/2022

Dispensa de Licitação n. 04/2022

CONTRATADA: JP MINATO SERVIÇOS - ME

CNPJ nº 07.407.145/0001-50

OBJETO: LOCAÇÃO DO SISTEMA E-LEIS E SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTINUADA DE LEIS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL: R\$ 4.895,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais)

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Decreto n. 9.412/2018.

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Celso Ramos/SC, 13 de abril de 2022

**LUIZANGELO GRASSI**

Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

---

## PARECER JURÍDICO

Processo de Licitação n. 50/2022

Dispensa de Licitação n. 04/2022

CONTRATADA: JP MINATO SERVIÇOS - ME

CNPJ nº 07.407.145/0001-50

OBJETO: LOCAÇÃO DO SISTEMA E-LEIS E SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTINUADA DE LEIS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL: R\$ 4.895,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais)

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Decreto n. 9.412/2018.

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

A contratação por dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 (observados os limites do Decreto n. 9.412/2018), deve ser precedida de definição do objeto e motivação da dispensa, tanto com relação ao ato legal quanto às especificações do objeto.

Deve haver ainda previsão orçamentária.

Com relação ao contrato, é necessário exigir as certidões de regularidade fiscal.

É o breve relatório.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

---

Sobre a temática, Maçal Justen Filho ensina:

A dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se objetivamente incompatível com os valores norteadores da atividade administrativa. Toda licitação envolve uma relação entre custos e benefícios. [...] A dispensa de licitação decorre do reconhecimento por lei de que os custos inerentes a uma licitação superam os benefícios que dela poderiam advir. A lei dispensa a licitação para evitar o sacrifício dos interesses coletivos e supraindividuais. (*Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 15. ed. - São Paulo: Dialética, 2012. p. 334)

Considerando que todos os requisitos acima elencados foram observados e cumpridos, **opina-se** pela legalidade do processo em apreço.

Após a elaboração do ato de dispensa, o mesmo deve ser submetido à autoridade competente para homologação. Em seguida, deve ser providenciada a publicação do contrato, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

O presente parecer não possui valor vinculativo, cabendo a Administração prolatar decisão final.

Celso Ramos/SC, 13 de abril de 2022

---

Assessor Jurídico do Município de Celso Ramos/SC

**RODRIGO FERNANDES SUPPI**

OAB/SC 34.220